



Sede administrativa da Prefeitura de Ribeirão Preto, no Centro: proposta encaminhada reduz o número de cargos, mas cria três secretarias para a gestão de Ricardo Silva

DIVULGAÇÃO

OPINIÃO

A corrida por cargos

Nos bastidores, a reforma já movimentou o tabuleiro político. Com a possibilidade de criação e redistribuição de cargos, políticos de diferentes partidos — inclusive aliados de ocasião — intensificam articulações para garantir espaço na máquina municipal.

Fontes próximas ao Executivo relatam que vereadores e ex-candidatos derrotados em 2024 já circulam, há algumas semanas, por gabinetes em busca de vagas estratégicas. A meta é conseguir a abençoada indicação.

De se questionar a real necessidade para a criação das secretarias, bem como o impacto econômico gerado pela medida em face dos resultados práticos.



MORADORES ESPERAM MAIS RESULTADOS

Nas ruas e nas redes sociais, a reforma administrativa proposta pela Prefeitura divide opiniões. A aposentada Maria Aparecida Santos, 67 anos, moradora do Ipiranga, vê com desconfiança. “Sempre que falam em reforma, é para cortar de quem mais precisa e abrir espaço para apadrinhados.” Já o comerciante Rafael Lima, 42, do Campos Elíseos, enxerga oportunidade:

“Se for para organizar e melhorar o atendimento, tem que fazer mesmo. Mas tem que ser pra valer, sem politicagem.”

Responsáveis pela reforma revogada respondem na Justiça

O governo Duarte Nogueira pagou R\$ 690 mil à Fadedp (Fundação para o Desenvolvimento do Ensino e Pesquisa do Direito), ligada ao curso de Direito da USP, pelos estudos e minutas que originaram o projeto de lei da reforma administrativa. A contratação, feita por dispensa de licitação, acabou na mira da Polícia Civil e do Ministério Público por suspeita de fraude.

O MP tornou réus o ex-secretário de Administração, Antônio Daas Abboud, e o professor da USP, Gustavo Assed. Ambos já foram condenados, em primeira instância, por fraude e direcionamento na contratação para elaboração do

projeto. Se condenados definitivamente, podem pegar até cinco anos de prisão, além de multa.

O prejuízo aos cofres públicos foi de pelo menos R\$ 690 mil. Na avaliação do MP, Abboud e Assed fraudaram o processo ao simular propostas para beneficiar a Fadedp, instituição ligada à Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) da USP.

A Fadedp admitiu, em acordo com o MP, que o processo foi irregular. A fundação era presidida por Gustavo Assed, que também assinou a proposta em nome da Fundação Sada Assed, da qual é um dos administradores, no mesmo processo.

Rosângela Marchi

Psicóloga - CRP 06/50814-0

☎ (16) 98174-2062

Ψ

Rua Victor Rebouças, 370 - Sala 03 - Ribeirão Preto/SP